



**INSTITUTO
FEDERAL**

Amapá

Manual do Aluno



**ESCOLA DE
CONSELHOS
DO AMAPÁ**

Macapá/AP
2016

INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ

Reitora

MARIALVA DO SOCORRO RAMALHO DE OLIVEIRA DE ALMEIDA

Pró-Reitora de Extensão

ÉRIKA DA COSTA BEZERRA

Diretora de Extensão

SEVERINA RAMOS TELÉCIO DE SOUZA

Coordenador de Extensão

MÁRCIO LUIS GÓES DE OLIVEIRA

Coordenadora do Curso

LUCILENE DE SOUZA MELO

“A extensão é definida com um processo educativo, cultural e científico que, articulada de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, viabiliza a relação entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá e a sociedade.”

(Art. 01, Resolução nº 20/2012/IFAP)

FICHA DO ALUNO

Nome: _____

Turma: _____ Telefone: _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Anotações:

Prezado Aluno,

O Ifap tem grande satisfação em receber você, que irá fazer parte do Curso de Capacitação de Conselheiros dos Diretos e Conselheiros Tutelares para Promoção e Defesa da Criança e do Adolescente, realizado pela Pró-Reitoria de Extensão - Proext, acolhendo a todos e primando por uma formação de qualidade, humanista e igualitária.

Nossa equipe realiza a execução deste curso buscando maneiras de aprimorar ainda mais a qualidade do Ifap porque o reconhecimento acadêmico é expressão de nossa capacidade de enfrentar com ousadia as dificuldades que se apresentam. Trabalhamos para superar desafios por meio do diálogo e do respeito, como sempre fizemos. A democracia é marca desta Instituição não apenas como valor, mas também como prática educativa.

A Escola de Conselhos é resultado da ação de diversos parceiros. Tem apoio da Secretaria dos Direitos Humanos/Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Todas as atividades são coordenadas por um Grupo Gestor, formado por representantes do Instituto Federal do Amapá; Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Associação de Conselheiros de Ex-Conselheiros Tutelares do Estado; Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Coordenação Estadual da Infância e Juventude do Estado do Amapá; Fundação da Criança e do Adolescente e Ministério Público do Amapá.

Agora você é parte do Ifap e verá como é rica e dinâmica nossa vida acadêmica e comunitária. Agradecemos a confiança em nosso trabalho. Esteja certo de que a retribuiremos.

Érika da Costa Bezerra
Pró-Reitora de Extensão
Instituto Federal do Amapá

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	05
2. JUSTIFICATIVA	06
3. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	07
3.1. Missão do Instituto	07
4. OBJETIVOS	07
4.1. Objetivo Geral	07
4.2. Objetivo Específico	07
5. PÚBLICO	07
6. ORGANIZAÇÃO CURRRICULAR DO CURSO	08
6.1. Metodologia	08
6.2. Matriz Curricular	08
6.3. Carga Horária	09
6.4. Sistema de Avaliação	10
7. CERTIFICADOS	11
8. CRONOGRAMA DE AULAS	13
9 . QUADRO DE PROFESSORES	14
10. GRUPO GESTOR	15

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1. Nome do Curso

Escola de Conselhos do Amapá: Capacitação de Conselheiros dos Diretos e Conselheiros Tutelares para Promoção e Defesa da Criança e do Adolescente.

1.2. Carga horária

200 horas/aula, sendo 160 horas presenciais e 40 horas de ensino a distância.

1.3. Forma de oferta

Híbrido (Presencial e a distância)

1.4. Unidade Responsável

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

1.5. Coordenadora do Curso

Lucilene De Souza Melo

1.6. Local do Curso

Instituto Federal do Amapá • Campus Macapá
Endereço: BR 210, Km 03, s/n, Bairro Brasil Novo, Macapá/AP.

Instituto Federal do Amapá • Campus Laranjal do Jari
Endereço: Rua Nilo Peçanha, nº 1.263, Bairro Cajari, Laranjal do Jari/AP

1.6. Turmas

Turma A e Turma B: Macapá
Turma C: Laranjal do Jari;
Encontros presenciais aos sábados e domingos.

1.7. Horário das Aulas

Turno da Manhã: 08h às 12h
Turno da Tarde: 14h às 18h

2. JUSTIFICATIVA

O estado do Amapá está situado no norte do país e faz fronteira com o Pará, o Suriname e a Guiana Francesa. Essa proximidade de fronteiras, principalmente com a Guiana Francesa facilita a atuação de grupos e quadrilhas especializadas no recrutamento de pessoas para a prostituição, bem como nas localidades sede de mineradoras, com alto índice de mão de obra masculina.

Nesse contexto estão inseridas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, vítimas do turismo e exploração sexual, especialmente nas localidades mais longínquas e mais expostas à extrema pobreza. Segundo dados da Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Praticados Contra Crianças e Adolescentes (DERCCA), mais de 200 crianças sofrem algum tipo de abuso sexual a cada ano no Amapá. Esses números se tornam ainda mais alarmantes diante da constatação de que muitos casos não chegam a ser oficialmente registrados, visto que esse tipo de delito acontece muitas vezes no ambiente familiar. Os laços familiares inibem as denúncias e até mesmo a percepção da ocorrência de abuso e exploração sexual.

Diante do exposto faz-se urgente uma política de intervenção que desenvolva ações para formação permanente de conselheiros de direitos e tutelares para atuarem de forma efetiva no desenvolvimento de ações e metodologias de controle, proteção e defesa de crianças e adolescentes vulneráveis ou vítimas de violência no estado do Amapá.

Dessa forma a Escola de Conselhos se apresenta como um caminho de formação e compromisso com a infância e juventude amapaense, possibilitando, a partir da compreensão da realidade que se apresenta e o compromisso de responder às suas demandas, a efetiva formação de conselheiros de direitos e conselheiros tutelares, possibilitando assim, o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos, através de ações de extensão desenvolvidas pelo Instituto Federal do Amapá (IFAP) no campo dos direitos humanos e sociais, em especial, ações destinadas ao aprimoramento de políticas públicas voltadas às áreas da infância e juventude.

3. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

Em 2007, foi criada a Escola Técnica Federal do Amapá, a qual foi transformada em Instituto Federal de Educação em 29 de dezembro de 2008, com a Lei nº 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pela qual foram criados os Institutos Federais, dentre os quais o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP

O IFAP é uma instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta gratuita de Educação Profissional e Tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Configura-se, ainda, como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, cuja autonomia reflete explicitamente a sua natureza jurídica, a sua prerrogativa de criação e extinção de cursos e a emissão de diplomas nos limites de sua área de atuação territorial.

3.1. Missão Institucional

Oferecer de forma gratuita educação profissional, superior e pós-graduação, articulada com a pesquisa aplicada e básica e a extensão com substrato em um currículo que agregue a formação acadêmica à preparação para o trabalho e ao exercício da cidadania, através de conhecimentos, princípios, valores e práticas democráticas que potencializem a ação humana em busca de uma sociedade mais justa e digna, contribuindo para o desenvolvimento sócio econômico do país.

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo Geral

Promover a formação continuada de Conselheiros dos Direitos e Conselheiros Tutelares do Estado do Amapá.

4.2. Objetivos Específicos

- Promover a formação continuada de 120 (cento e vinte) conselheiros dos Direitos e Tutelares de acordo com a matriz pedagógica.
- Criar um espaço de formação continuada de conselheiros municipais e tutelares;

- Divulgar, através do site do IFAP, as atividades da Escola de Conselhos de modo a sensibilizar a população para as questões inerentes aos direitos da criança e do adolescente e assim, desenvolver a cultura do respeito aos direitos humanos.

5. PÚBLICO

O Público diretamente beneficiado pelo projeto da Escola de Conselhos são os Conselheiros Tutelares e Conselheiros de Direitos no Estado do Amapá. De modo indireto, os maiores beneficiados serão as 294.899 crianças e adolescentes residentes no Amapá, bem como a sociedade como um todo, que terá um trabalho melhor articulado e planejado na área da infância e adolescência amapaense.

6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

6.1. Metodologia

A proposta desse Projeto está centrada nas atividades de formação, considerando a educação e a defesa de direitos da criança e do adolescente como elementos essenciais para a transformação da realidade deste público. Com isso, busca-se a efetivação das políticas de promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente.

O Projeto desenvolverá uma metodologia de trabalho participativa baseada na utilização de técnicas de comunicação flexível e dialógica que estimule o intercâmbio de ideias e opiniões. As ações de formação serão desenvolvidas nas formas presencial e não presencial, considerando as peculiaridades culturais e territoriais do estado do Amapá.

As atividades presenciais serão desenvolvidas por meio de estratégias metodológicas participativas e dialógicas, contemplando questões que fazem parte do ambiente de atuação dos conselheiros, através de oficinas, aulas, debates, estudos dirigidos, seminários e outras estratégias educativas que envolvam conselheiros tutelares e de direitos e outros atores do Sistema de Garantia de Direitos. O fazer pedagógico tem como objetivo favorecer as trocas de saberes, conhecimentos e experiências, possibilitando a construção coletiva em prol da promoção e garantia dos direitos humanos da infância.

O curso está dividido em módulos articulados e pedagogicamente voltados às áreas e temas de interesse do exercício da garantia de direitos a fim de subsidiar não apenas a compreensão dos fenômenos da violação de direitos ou dos procedimentos constitutivos da ação dos conselheiros em suas atividades diárias; mas principalmente para proporcionar intervenções na realidade de atuação de cada conselheiro, envolvendo sensibilização e mobilização social para a efetivação de políticas e direitos que assegurem o cumprimento do Estatuto da Criança e do adolescente.

Para a socialização das atividades desenvolvidas no decorrer do curso, espera-se que os conselheiros produzam um diagnóstico da realidade ou um plano de ação que oriente sua intervenção qualificada para a efetivação da política de garantia de direitos no local onde atua. O diagnóstico e plano de ação serão produzidos após a realização dos componentes curriculares com assessoria dos professores de forma semipresencial.

6.2. MATRIZ CURRICULAR

ETAPAS	COMPONENTE CURRICULAR	CONTEÚDO	CH
MÓDULO 1	Marco jurídico-legal e político social dos direitos da criança e do adolescente	Aspectos sócio históricos dos direitos da criança e do adolescente no Brasil: papel do Estado, família e da sociedade. Da Doutrina da Situação Irregular à Doutrina de Proteção Integral; Aspectos Legais: <ul style="list-style-type: none"> • Acordos e Convenções Internacionais; • Constituição Federal; • Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; • PNDH 3: Eixo Orientador III (Diretriz 8 e Objetivos Estratégicos); Os Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente: Papel do CMDCA, do Conselho Tutelar, da Sociedade Civil e dos Gestores Públicos Municipais na Efetividade desses Direitos;	30 h
MÓDULO 2	Sistemas de garantias dos direitos da criança e do adolescente	Sistema de Garantia de Direitos (SGD): Promoção de Direitos, Defesa de Direitos e Controle Social – Aspectos Teóricos e Operacionais; Reordenamento Institucional – Redes de Atendimento; Conselhos Estaduais – CEDCA/AP; Conferências dos Direitos; Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA) e Ciclo Orçamentário (PPA, LDO, LOA); Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE): Princípios e Diretrizes;	30 h

MÓDULO 3	Políticas públicas de atendimento e planos nacionais	Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária; Lei da Adoção; Formas de Acolhimento; Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador; Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas; Plano Decenal dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes; Criança e Adolescente Desaparecido; Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: aplicação e execução de medidas socioeducativas;	30 h
MÓDULO 4	Atuação dos Conselhos dos Direitos e Conselhos Tutelares SIPIA WEB	<u>Oficina 01:</u> Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA): Papel Político do CMDCA; Atribuições e Competências do CMDCA; Controle, Monitoramento e Avaliação das Políticas Públicas municipais; Relação do CMDCA com outros órgãos do SGD; Aspectos Operacionais – Plano de Ação do CMDCA e Diretrizes da Política Municipal de Atendimento a Criança e ao Adolescente; Demonstração do SIPIA CT WEB; SIPIA/SINASE e fluxo de execução do sistema; <u>Oficina 02:</u> Conselho Tutelar: Funções, Atribuições do Conselho Tutelar e Aspectos Organizacionais; Identificação de atos de violação dos Direitos da Criança e do Adolescente; Aspectos práticos e Instrumentais de Trabalho; Relação entre CMDCA e Conselho Tutelar (Autonomia, Vinculação e Integração Operacional); Ética nas Relações Interpessoais e Interinstitucionais – Compromisso Ético, Político e Social dos Conselheiros de Direitos e Tutelares; Demonstração do SIPIA CT WEB; SIPIA/SINASE e fluxo de execução do sistema;	30 h
MÓDULO 5	Projetos Multiplicadores	Elaboração e apresentação, pelos alunos, de Projeto de multiplicação dos conhecimentos adquiridos nos locais de atuação e/ou intervenção, que será apresentado no final do módulo.	40 h
MÓDULO EAD		O módulo EAD será desenvolvido para orientação e construção do Plano de Ação.	40h
TOTAL DA CARGA HORÁRIA			200

6.3. CARGA HORÁRIA

Os componentes curriculares serão ministrados na modalidade presencial, em 5 módulos, nos municípios de Macapá e Laranjal do Jari, sendo duas turmas em Macapá e uma turma em Laranjal do Jari. A Escola de Conselhos irá iniciar e finalizar o curso concomitantemente no núcleo regional em Macapá e no pólo de Laranjal do Jari.

Os módulos serão ministrados aos sábados, com oito horas/aula diárias com um total de 200h/aula, de forma presencial e a distância, sendo 20% de sua carga horária total em EaD, para leitura, preparação dos debates, seminários e atividades relacionadas ao SIPIA. O módulo de 40 horas que será realizado na modalidade EaD será destinado para orientação e acompanhamento do plano de ação que os alunos deverão construir como avaliação parcial do curso.

6.5. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada como parte integrante do processo educativo, acontecerá ao longo do curso de modo a permitir reflexão-ação-reflexão da aprendizagem e a apropriação do conhecimento, resgatando suas dimensões diagnóstica, formativa, processual e somativa.

Os instrumentos de avaliação poderão ser tantos quantos forem necessários, utilizando-se para isso, provas, estudos de caso, trabalhos em grupo e individuais.

Como forma de avaliar e reforçar o aproveitamento das formações espera-se do conselheiro ao final do curso:

- Aproveitamento igual ou superior a 75%
- Frequência mínima de 75% das aulas presenciais;
- Apresentação um trabalho escrito, pautado em diagnóstico e construção de um Plano de Ação abordando o conteúdo teórico reflexivo apresentado no curso aliado a experiência profissional, podendo ser realizado em grupo de até três conselheiros.

7. CERTIFICADO

Ao concluir todas as etapas do curso com êxito, os cursistas receberão certificado emitido pelo IFAP com a titulação de CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE CONSELHEIROS DOS DIREITOS E CONSELHEIROS TUTELARES DO ESTADO DO AMAPÁ.

8. CALENDÁRIO

Horário das aulas: 08h às 12h e 14h às 18h • sábados e domingos

Módulo 1: Marco Jurídico-legal e Político Social dos Direitos da Criança e do Adolescente (CH: 30h)		
TURMA A - Macapá	TURMA B - Macapá	TURMA C - Laranjal do Jari
05/03/16 e 06/03/16	12/03/16 e 13/03/16	12/03/16 e 13/03/16
19/03/16 e 20/03/16	26/03/16 e 27/03/16	19/03/16 e 20/03/16

Módulo 2: Sistemas de garantias dos direitos da criança e do adolescente (CH: 30h)		
TURMA A - Macapá	TURMA B - Macapá	TURMA C - Laranjal do Jari
02/04/16 e 03/04/16	09/04/16 e 10/04/16	16/04/16 e 17/04/16
16/04/16 e 17/04/16	23/04/16 e 24/04/16	23/04/16 e 24/04/16

Módulo 3: Políticas públicas de atendimento e planos nacionais (CH: 30h)		
TURMA A - Macapá	TURMA B - Macapá	TURMA C - Laranjal do Jari
07/05/16 e 08/05/16	14/05/16 e 15/05/16	07/05/16 e 08/05/16
21/05/16 e 22/05/16	28/05/16 e 29/05/16	14/05/16 e 15/05/16

Módulo 4: Atuação dos Conselhos dos Direitos e Conselhos Tutelares (CH: 30h)		
TURMA A - Macapá	TURMA B - Macapá	TURMA C - Laranjal do Jari
04/06/16 e 05/06/16	11/06/16 e 12/06/16	04/06/16 e 05/06/16
18/06/16 e 19/06/16	25/06/16 e 26/06/16	11/06/16 e 12/06/16

Módulo 5: Projetos Multiplicadores (CH: 40h)		
TURMA A - Macapá	TURMA B - Macapá	TURMA C - Laranjal do Jari
06/08/16 e 07/08/16	13/08/16 e 14/08/16	06/08/16 e 07/08/16
20/08/16 e 21/08/16	27/08/16 e 28/08/16	13/08/16 e 14/08/16
03/09/16	10/09/16	20/08/16

Módulo EAD (CH: 40h)		
TURMA A - Macapá	TURMA B - Macapá	TURMA C - Laranjal do Jari
Período: 17/09/16 a 16/10/16	Período: 17/09/16 a 16/10/16	Período: 17/09/16 a 16/10/16

9. QUADRO DE PROFESSORES

Módulo 1: Marco Jurídico-legal e Político Social dos Direitos da Criança e do Adolescente

Turma	Professor	Telefone	Email
A	Janilson Pinheiro Barbosa	98100-6435	pbjanilson@gmail.com
B	Inailza Rosário Barata Silva	99121-1673	ir.barata@bol.com.br

Módulo 2: Sistemas de garantias dos direitos da criança e do adolescente

Turma	Professor	Telefone	Email
A	Naiara Videira dos Santos	99164-3864	nay-videira@hotmail.com
B	Deuziane Barbosa da Silva	99123-6933	deuziane.silva@bol.com.br

Módulo 3: Políticas públicas de atendimento e planos nacionais

Turma	Professor	Telefone	Email
A	Henrique Cardoso Lemos	9-9134-1352	hcardosolemos@gmail.com
B	Francimar da Costa Rocha	9-9131-3083	kagyfran@hotmail.com

Módulo 4: Atuação dos Conselhos dos Direitos e Conselhos Tutelares

Turma	Professor	Telefone	Email
A	Milleny Chaves Rodrigues	98116-4447	nil.cr@hotmail.com
B	Antonia Elida Ferreira da Silva	98116-0302	elifersil10@yahoo.com.br

Módulo 5: Projetos Multiplicadores

Turma	Professor	Telefone	Email
A	Tatiana Duarte da Silva	98126-1408	tatiana.silva@ifap.edu.br
B	Raimunda Kelly Silva Gomes	99125-1914	rkellysgomes@yahoo.com.br

Módulo 5: Ensino a Distância

Turma	Professor	Telefone	Email
A	Tatiana Duarte da Silva	98126-1408	tatiana.silva@ifap.edu.br
B	Raimunda Kelly Silva Gomes	99125-1914	rkellysgomes@yahoo.com.br

CONTATOS

Telefone: (96) 3198-2163

Email: escoladeconselhos@ifap.edu.br

www.ifap.edu.br

10. GRUPO GESTOR

Instituição	Representante	Telefone	Email
Instituto Federal do Amapá	Érika da Costa Bezerra	99181-2360	erika.bezerra@ifap.edu.br
	Severina Telécio de Sousa	98126-1014	severina.souza@ifap.edu.br
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente	Lucila de Nazaré de Moraes/ SEED	99174-4844	luciramoraes@bol.com.br
	Daniris Pantoja da Silva/CRESS	99154-8106	danirispantoja@hotmail.com
Associação de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Estado	João Bosco Ribeiro Pimentel	99161-0789	conselheirobosco@yahoo.com.br
	Cristiane dos Santos Souza	98802-1363	cris7souza@hotmail.com
Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente	Lucinete Corrêa Tavares	99185-4370	comiteamapa@gmail.com
Coord. Estadual da Infância e Juventude do Estado do Amapá	Doraylde Anchieta Santos	98101-6712	coordenadoria.infancia@tjap.jus.br
Fundação da Criança e do Adolescente	Alba Nize Colares Caldas	99177-3548	albanizecaldas@yahoo.com.br
	Maria Luceni Rodrigues	99125-8226	mluceni@bol.com.br
Ministério Público do Amapá	Iolanda Ribeiro Lima Martins	99103-2240	iolanda.martins@mpap.mp.br

ORIENTAÇÕES AOS ALUNOS

- Ser auto motivado;
- Ser capaz de auto organizar seu tempo (estabelecer horários, esquemas e rotinas de estudo);
- Ser organizado com seu material de estudo;
- Saber estudar de forma independente e autônoma;
- Ser curioso e saber pesquisar informações que complementem seus conhecimentos.
- Saber transformar as informações obtidas em novos conhecimentos;
- Ter iniciativa própria para apresentar ideias, questionamentos e sugestões;
- Ser capaz de trabalhar em grupo, de forma colaborativa e cooperativa;
- Ser disciplinado, a fim de cumprir com os objetivos que estabeleceu para si mesmo;
- Estar consciente da necessidade de aprendizagem constante;



Motivação: uma grande aliada para enfrentar desafios

Para cultivar a motivação é preciso ter autoconfiança, saber extrair a essência de uma situação e produzir resultados, acreditando na oportunidade futura.

O grande segredo da atitude positiva é a obstinação e a perseverança para conseguir atingir nossos objetivos.

Sempre com tenacidade, persistência, disciplina e muita paciência para não desistir jamais.

Se você está querendo tomar uma importante decisão e ainda não criou coragem para fazê-lo, não existe melhor ocasião e oportunidade como agora.

Transforme o sonho e pensamentos em ação.
Busque a motivação e encontrará um lindo caminho.

